



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1261/03	DATA: 27/08/03
INÍCIO: 14h52min	TÉRMINO: 15h35min	DURAÇÃO: 43min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 43min	PÁGINAS: 15	QUARTOS: 9
REVISÃO: Veiga		
CONCATENAÇÃO: Amanda		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PEDRO PEREIRA - Consultor jurídico.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está aberta a sessão. Quero informar que os 2 convocados não deram nenhuma justificativa da ausência. E por isso que nós estamos aqui com assessor jurídico (*falha na gravação*).

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, entendo que nós tínhamos que dar um prazo em função do dia de hoje pelas dificuldades de chegarem aqui os convocados, mas, mesmo que venham chegar, nós temos um problema, que a Presidência da Casa, da Mesa pede que as sessões sejam suspensas. Mas acredito que os convidados convocados não aparecerão. Se aparecerem, a Secretaria da CPI deve remarcar o dia. Eu sugiro ao Sr. Presidente que solicite ajuda da Polícia Federal em São Paulo, mais especificamente em Paulínia, na região de Campinas, que nos ajude a encontrar essas empresas, que acreditamos não ter muita dificuldade. Tenho conhecimento de que, durante a tarde de ontem, a Secretaria da CPI dos Combustíveis tentou exaustivamente, em vários telefones que foram dados, localizar, acessar os telefones celulares e das empresas. E, por uma passe de mágica... Consultamos até a telefônica de São Paulo se esses números estavam com defeito ou se a telefônica tinha apresentado algum defeito. Nada disso, os telefones estavam bons. Apenas os seus usuários, por razões que desconhecemos, não quiseram atender aos nossos telefonemas. Por isso, eu solicito à Presidência da CPI pedir ajuda à Polícia Federal para que possamos entregar o comunicado, o chamamento dessa CPI a essas empresas. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero tomar essa decisão embasado juridicamente, por isso que eu convidei a estar junto conosco a Assessoria da Casa, o nobre servidor Pedro, para dar todo o esclarecimento jurídico, porque é nesse encaminhamento que o nobre Deputado José Carlos Araújo propôs que nós vamos também fazer, e quero me embasar. Nós já pedimos... Porque tinha uma informação também de que vários tonos de distribuidoras estavam saindo do País. Então, nós já pedimos também para que sejam fechadas as fronteiras. A primeira ligação que foi feita, dizendo que não estão aqui no Brasil. Então, para vocês verem como está a situação. Então, já pedimos para fechar as fronteiras: terra, mar, ar, tudo para a gente vê se esses cabras ficam aqui no País.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, a título de esclarecimento as pessoas que estavam programadas para audiência pública não compareceram nem deram qualquer razão pelo não-comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - É real.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Elas foram científicas da audiência pública por *e-mail* ou foram enviados para ela ofício? Nós temos o endereço da empresa, a razão social, onde ela se estabelece. O que eu proporia a V.Exa., antes das medidas ou conjuntamente, achava que nós deveríamos, se for cabível juridicamente, fazer uma comissão, parte nossa irmos para poder fazer uma verificação de documentos dentro da própria empresa. Eu entendo que a quebra de sigilo bancário, fiscal, se puder vir requerida por alguém, ela pode atender ou não aquilo que a gente gostaria. Mas as notas fiscais de compra, de entrada e de saída de mercadorias deles, podem efetivamente construir lastros com relação a outros assuntos que estão em pauta dentro desta Comissão. Então, quando fosse analisado, fosse analisado, talvez, ao invés de quebra, ser proposto é que fosse uma comissão, ou o conjunto, enfim, como V.Exa. assim entender ou alguém requerer. Estou apenas dando uma sugestão: se os depoentes não vêm à Comissão, vamos levar a Comissão à empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu acho que nós estamos diante de um caso muito grave e de uma necessidade de que a CPI haja com a maior brevidade possível e da forma mais dura. Mas eu acredito que a decisão sobre qualquer iniciativa, como essa proposta pelo nobre Deputado Eduardo Cunha, tem que ser tomada numa reunião fechada da CPI, por uma razão que eu vou relatar aqui: essas 2 empresas, que deveriam ter seus representantes depondo hoje nesta Casa, foram objeto — eu não sei por iniciativa de quem — de *blitz* da Polícia Federal, nas últimas 3 semanas, e foram informadas com 3 dias de antecedência da realização da *blitz*. A última terminou há 4 horas atrás. Os policiais passaram nessas 2 empresas de ontem para hoje. Informações seguras que recebi agora. Elas trataram de esvaziar reservatórios nesse período. A última *blitz* terminou às 11 da manhã. Possivelmente, se passarmos lá agora, daqui



a pouco, vai haver uma grande movimentação de produto. Evidentemente, não há condições objetivas. Então, da mesma forma, nós temos depoimento de um Procurador da República de que organizou uma *blitz* dentro de uma empresa, foi recebido com lauto café, com uma mesa de café farta e com computadores vazios, sem arquivos — evidentemente foram avisados antecipadamente. Então, eu gostaria que nós tomássemos as providências cabíveis no sentido de envolver a Polícia Federal na entrega formal da convocação e, se possível, no transporte desses elementos de forma coercitiva para depor aqui na CPI. E que qualquer outra investida nesse sentido que propõe o nobre Deputado Eduardo Cunha — eu concordo com essa propositura —, seja tomada numa sessão fechada da Comissão e sem divulgação prévia da data e horário em que a Comissão fosse fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vou passar a palavra para o Pedro, mas fica agendado que, amanhã, às 10h, nós vamos fazer uma reunião reservada, só dos Deputados, para a gente dar encaminhamento a esse assunto. Nobre Deputado José Carlos Araújo, só para saber, como V.Exa. sempre está ligando, amanhã, às 10h, vamos fazer uma reunião, porque a gente discute tudo, só os Deputados, para discutirmos uma saída, porque eu acho que a gente tem condições de englobar tudo, desde a proposta do Eduardo Cunha, outros de quebra. Agora, vou passar a palavra para o Pedro, para saber qual o encaminhamento jurídico que podemos fazer já. Com a palavra Pedro.

O SR. PEDRO PEREIRA - A orientação que nós demos ao Deputado Carlos Santana é que essas testemunhas que não vieram hoje, elas sejam conduzidas sob vara, porque é isso que estabelece a lei. E, com relação ao requerimento de uma audiência de CPI fechada, obviamente o Deputado Carlos Santana que deliberará. E, com toda a certeza, pode haver uma Comissão, como o nobre Deputado falou, para investigar *in loco* essas empresas que não vieram, que não se fizeram presentes. Quanto à Polícia Federal, poderá vir aqui, ou melhor, a Comissão poderá requerer à Polícia Federal a condução sob vara das pessoas que foram intimadas e não se fizeram presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Então, nós vamos fazer isso. Então, nós vamos encaminhar...

(Intervenção inaudível.)



O SR. PEDRO PEREIRA - A Comissão tem poderes de fazer isso sem necessidade de intervenção judicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Autorizo a Secretária a tomar todas as providências para que os donos das empresas sejam encaminhados pela Polícia Federal. E o nobre Deputado Luciano Zica prepara o requerimento para amanhã às 10 horas nós fazermos a nossa reunião fechada.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, uma questão de ordem. É só sobre um detalhamento disso aí. A condução sob vara deste ou de qualquer testemunha pela Polícia Federal, que vai estar fora do Estado do Rio de Janeiro, talvez demande ter que disponibilizar as passagens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não tem problema.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não só para os depoentes como para quem vai trazê-lo. Então, V.Exa. tem que tomar as providências administrativas na Casa para que não haja o argumento de não vir, não ter dinheiro para pagar passagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, só para dizer, até esta audiência de hoje já foram encaminhadas as passagens. Agora, a próxima, nós vamos fazer o mesmo ritual. Eles não vieram por falta de passagem. A nossa Secretaria foi bem eficiente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para os policiais também que forem em condução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Para os policiais. Está bom.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, eu gostaria, já que nós, quando nós requeremos a convocação da empresa Apolo Química ou Apolo Petróleo, empresa situada em Lorena, que comercializa solventes, e a convocação das empresas Golfo e Fórmula Brasil, nós fizemos imaginando uma seqüência de depoimentos que seria, na minha opinião, mais conveniente que ouvíssemos primeiramente a empresa de solventes, a Apolo Petróleo. Eu gostaria de encaminhar no sentido de que já que eles deram essa contribuição, agora para o melhor funcionamento da CPI, não comparecendo hoje, que nós fizéssemos nesta ordem os depoimentos, primeiro ouvíssemos a Apolo Petróleo ou Apolo Química — pois houve mudança de razão social, já é conhecida, o Sr. Joaquim Mariano é o



proprietário desta empresa —, nós ouvíssemos primeiro, o Sr. Joaquim Mariano ou o representante desta empresa, para depois ouvirmos com condução sob vara esses 2 representantes dessas 2 empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só para nós terminarmos a nossa reunião. Então, a gente faz quarta-feira que vem, a empresa que o nobre Deputado Zica acabou de dizer e na quinta-feira seriam os 2 que nós convocamos. E a questão sob vara não precisa a gente deliberar, porque a Comissão vai tocar o trabalho, a Secretaria já vai entrar em contato com a Polícia Federal e todo esse trabalho. Nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu entendo que V.Exa. deveria deliberar, porque V.Exa. poderia optar até por reintimá-lo e esperar um novo comparecimento ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, a deliberação eu acho que respalda mais a atitude de quem está indo. Não vejo problema nisso, não. Agora, eu alertaria para o seguinte, independente de procedimentos, nós podemos, até antes desta reunião, amanhã, pode ser que tenha alguma justificativa deles chegando, como tem tido no nosso conhecimento, enfim, isso aí a gente sempre dá o beneplácito de algum equívoco, e amanhã, se não tiver efetivamente nenhuma justificativa que valha, acho que devemos tratar com rigor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Só queria falar, eu acho, como eu não posso... Mas eu acho que é uma verdadeira vergonha. Eu acho que isto aqui é uma verdadeira vergonha. Da mesma forma que a Juíza fez. Ou a gente toma uma atitude nesta Comissão ou é melhor acabar, então! Então, é melhor acabar esta CPI! Se a gente não tomar uma posição, a Juíza vai para a televisão diz que só deu 2 liminares. A gente teve audiência lá em Nova Friburgo e a gente viu a realidade. Não estava só eu presente, como o nobre Deputado José Carlos Araújo, Deputado Luciano Zica, Eduardo Gomes. Tivemos enfim, uma realidade presente. Hoje, 2 pessoas que a gente convida — convida não —, convoca, manda passagem, não entra em contato, diz que não vem e ainda... Ah, então, o que a gente vai fazer aqui?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu estou de acordo com V.Exa. Não entenda a minha palavra como contrária ao seu posicionamento,



não. Eu falei para V.Exa. que a deliberação da condução coercitiva daria mais respaldo ao ato, somente isso. Estou plenamente de acordo. Espero que a sua manifestação não seja em ter considerado que eu fui contra o seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não. Até porque o nobre Deputado é uma das pessoas mais assíduas desta Comissão, e sua contribuição está sendo excelente. Se vários Deputados tivessem a paciência que o nobre Deputado está tendo, que botou um funcionário na Comissão, que está analisando 70 mil notas fiscais... É o contrário, o nobre Deputado tem que ser elogiado pela sua atitude, porque muitos que passam aqui vão embora. Mas o nobre Deputado está se dedicando a esta matéria, da mesma forma como vários outros Deputados. Então, só quero aproveitar para desabafar um pouco, porque a gente está num momento muito crucial. Nobre Deputado Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, eu acho que o raciocínio do Deputado Eduardo Cunha é bastante relevante. Hoje mesmo, eu estive lá na sala da CPI, tentando buscar algum tipo de informações da CPI sobre o caso das pessoas que foram convocadas para serem ouvidas hoje, e de repente a informação que me foi passada, que é correta, é que o Deputado Eduardo Cunha, que fez o levantamento, que estava com muitos levantamentos com a sua assessoria e que dentro da CPI o requerimento, ou que seja da Receita Federal ou que seja sei lá do quê, os dados não estavam lá. E eu vim a esta reunião agora para debater com os convocados, e queria garimpar o que eles falassem para fazer algumas perguntas. No início desta CPI, foi entrado com requerimento para criação das Subcomissões, dividindo a questão do setor alcooleiro, dividindo a questão do combustível, da gasolina, do diesel e da adulteração. Até hoje não foi colocada em votação esta questão. E agora, neste momento, a gente percebe que era necessária a Sub-Relatoria, porque é impossível você trabalhar com todos os problemas que está tendo o setor de combustível no Brasil. Agora mesmo, há questão de 1 hora atrás, participei aqui de um seminário do setor sucroalcooleiro do Brasil, onde o Diretor da ANP disse que o setor alcooleiro não tem condições de controlar, porque é o maior sonegador no setor dos combustíveis. Acabou de falar agora aqui. E nós estamos aqui, fala sobre adulteração, fala sobre sonegação, fala sobre a questão da PETROBRAS, das distribuidores, das liminares, e não existe um segmento correto. Parabéns pelo seu trabalho, Deputado. O levantamento que você fez dessa questão



é importante e precisa, para mim e para outros companheiros, ter subsídios nesta questão. Recebemos agora, no dia 26, aprovado por esta Comissão, a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do advogado, que veio aqui e que negou falar qualquer coisa. De repente, o Supremo deu uma liminar para não quebrar o sigilo bancário dele. V.Exa. tem toda razão de dizer: o que vamos fazer? Nós temos que dar a resposta, Sr. Presidente. Nós precisamos dar continuidade a esta CPI sejam mais 60 dias, mais 1 ano ou 2. Mas aqui não tem nenhum Deputado que coloca o seu mandato em risco, defendendo esta ou aquela ou não dá o devido respaldo ao povo brasileiro, que espera desta CPI. E nós temos que ter as Subcomissões, levantar setor por setor e mostrar para a população brasileira que esta CPI é séria, que o Congresso é sério e que os Deputados que estão aqui vão fazer esse levantamento. Por isso, eu queria pedir a V.Exa. e a colaboração de todos os colegas que fizéssemos as Subcomissões para dividir as tarefas de trabalho e que nós levantássemos todas essas questões, uma por uma, até a última questão, para que esta CPI, quando apresentar o seu relatório final, seja o relatório que a população brasileira possa vir a aplaudir. Aqui eu tenho alguns dados, Sr. Presidente, só do Distrito Federal. O setor todo mexe com papel, para começar encaixar papel em contabilidade. E esta CPI não pode deixar isso acontecer. Só no Distrito Federal. O Estado de São Paulo é o maior comercializador de álcool no Brasil. As estatísticas da ANP: caindo a venda de gasolina, caindo a venda de óleo diesel e caindo a venda álcool. Lá, mesmo naquele setor, no seminário, discutindo, eu fiz questão de indagar ao setor se a produção de álcool no Brasil vem diminuindo. Todos eles afirmaram que ela vem aumentando. Então, gostaria de pedir a V.Exa., Sr. Presidente, e aos nobres colegas, vamos determinar posições e levantar um a um, empresa ou outra não. Vamos ter tempo de levantar todas as empresas com a participação da Receita Federal, da Polícia Federal, do Banco Central, para que nós passamos dar resposta ao povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - O Nobre Deputado José Carlos Araújo pediu primeiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, entendo a preocupação do nobre Deputado que me antecedeu. Eu não sei se Sub-Relatoria resolve o problema, porque, veja o seguinte, Sr. Presidente. V.Exa. tem em cima da



mesa, em suas mãos, um ofício de um Delegado de Paulínia que está com 4 carretas apreendidas, precisando que a ANP faça uma vistoria. V.Exa. está na mão com um ofício do Judiciário negando a quebra do sigilo bancário e fiscal do advogado. O que adianta, Presidente, Sub-Relatorias? Nós vamos produzir papel. O Judiciário não ajuda. O Executivo não ajuda. O que nós estamos precisando é conscientizar para o Executivo, o Judiciário engajar nessa campanha e evitar que 10 milhões de reais sejam sonogados todo ano dos cofres públicos. É isso que nós precisamos. Dividir tarefas eu acho certo. Dividir tarefas para ir a São Paulo, para ir a Pernambuco, mas trazer trabalho. Agora, a Sub-Relatoria nós vamos produzir mais papel e vai engasgar, não vai sair do outro lado. O que nós precisamos é fazer com que tanto o Executivo como o Judiciário se engaje na luta que essa CPI está em desbaratar essas quadrilhas que estão por todo o Brasil a sonegar, a fazer uma sangria nos cofres públicos. É isso que nós precisamos, Presidente. V.Exa., nós com o nobre Relator, nós temos que fazer ver ao Executivo das diversas áreas. Não é possível que a ANP — eu vi o ofício enviado pelo Delegado — desde o dia 21, 4 carretas apreendidas, esperando o quê? Que venha um mandado de segurança do Judiciário para liberar as carretas? É isso que estão esperando? Nós temos certeza de que é isso que pode acontecer. A qualquer instante um mandado judicial mandando liberar as carretas, porque a ANP não teve a presteza ou não teve os fiscais necessários para constatar que aquela gasolina, aquele combustível que está ali preso seja sonogado. É isso que nós precisamos, Sr. Presidente, fazer com todos. Ou vamos acabar essa CPI, ou essa CPI faz uma greve, que eu acho que nesse Governo só se resolve com greve. Vamos fazer uma greve para que o Executivo nos ouça, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - De greve eu entendo um pouco.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, pela ordem. Presidente, eu gostaria de ... Eu apresentei a sugestão de que apreciássemos numa sessão secreta... Não, pois é, mas eu queria lembrar à CPI que nós não precisamos aprovar requerimento para realização de diligências. Já há um requerimento aprovado. Portanto, a reunião seria uma reunião de trabalho fechada. Não precisa ser deliberativa, porque nós já temos um requerimento aprovado.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nobre Deputado, se alguém fizer um requerimento de quebra de sigilo vai ter que decidir.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sigilo sim, mas que possa ser deliberativa para apreciar matérias apresentadas de quebra de sigilo ou algum outro requerimento de convocação. No entanto, para realização de diligências já há um requerimento aprovado nessa CPI que responde a essa preocupação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Rogério Silva.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, eu até gostaria de pedir para o Deputado José Carlos escutar um pouquinho o que eu vou falar, o porquê da questão das Sub-Relatorias. Nós temos que dar resposta para o povo brasileiro. Aqui, nessa Comissão, nós não podemos deixar mancha nenhuma nessa Comissão, de maneira nenhuma, que ninguém aqui com mandato de Deputado Federal vai deixar de prestar um bom trabalho dentro desse setor, que é importante para o Brasil. Vou citar exemplos aqui de algumas empresas e quero dizer uma coisa, Presidente. Acho que as reuniões secretas não devem existir já nessa CPI mais não. Eu acho que tem de ser deliberado em plenário. Aster Petróleo, só aqui no Distrito Federal, janeiro, 240 mil litros; fevereiro, 324 mil litros; março, 235 mil litros; abril, 1,628 milhão litros; maio... Vou pular aqui para não perder muito tempo. Junho, 695 mil litros. Uma só. Nós estamos com centenas nesse sentido, entre postos e distribuidora. Como é que um Relator vai conseguir fazer sozinho um trabalho desse, um relatório desse, Presidente? É importante a Sub-Relatoria e é importante essa CPI. Que seja prorrogada por 60 dias, como foi, mais 60, mais 120, mais 1 ano, mas com resultado firme e com a posição firme dos Deputados aqui para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu só quero lembrar ao nobre Deputado que na última sessão nós iríamos, na sessão deliberativa, nós íamos botar esse requerimento. Mas a nobre Deputada, que é autora do requerimento, a Deputada Rose não estava presente. Então, por isso... E ela mesma pediu para retirar, nobre Deputado. Então, não sendo essa manhã, porque é uma questão extraordinária, na próxima reunião deliberativa o requerimento estará presente e cada Deputado vai se botar na sua posição. Nobre Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na verdade, Presidente, eu só vou fazer 2 colocações, frente à questão do Poder Judiciário, até por uma



experiência já vivida na CPI do Narcotráfico. Nós enfrentamos situações semelhantes e, às vezes, até mais dura por conta daqueles que eram instados a comparecer e não vinham, outros que tinham o sigilo bancário quebrado, mas conseguiam a guarida, o amparo do Judiciário. Enfim, nós tivemos um encontro com o Poder Judiciário, o chefe do Poder Judiciário. Eu acho que não era demais nós fazermos isso na CPI também. Até para que eles conversem conosco e nós com eles e passemos a afinar a gaita com a viola, vamos fazer assim, usar essa expressão. Até porque eu não imagino que o Judiciário queira proteger bandido, e esse não é o nosso objetivo. Então, nós temos que sentar com o Judiciário e fazer uma conversa com a autoridade constituída. E nesse ínterim dizer, Sr. Presidente, que uma das questões que nós passamos a cuidar depois da conversa com o Judiciário é dar fundamentação na quebra de sigilo. Não basta só quebrar, tem que fundamentar. Razões de ser, do porquê, tintim por tintim e Rintintim, porque, senão, acho que precisa ser explicitado bem isso, fundamentado, por que senão, *“olha eu quero quebrar o sigilo”*. *“Por quê?”* *“Não, porque eu quero quebrar para eu ver”*. Quer dizer, quebrar para ver. Eu acho que o instituto do sigilo bancário é muito valioso. Eu sou daqueles, eu sou bancário, eu sou contra, político, qualquer cidadão liberar o sigilo bancário. Sabe por quê? O dia que não tiver sigilo bancário não vai ter investigação. É bom que tenha o sigilo para que faça tudo em sigilo, e depois fique sabendo o que em sigilo ele fez. Por isso que existe o sigilo. Então, o sigilo quem pensa que é ruim está enganado. É bom, quando a gente pode quebrá-lo, desde que devidamente fundamentado. E o segundo aspecto, agora me fugiu da memória, nos estávamos no enfoque dado pelo Presidente sobre o comparecimento aqui das testemunhas. Nós enfrentamos isso também, Presidente, e nós formamos na CPI do Narcotráfico — e esta CPI aqui tem autoridade, autonomia, e eu diria assim, mais do que isso necessidade —, nós formamos uma equipe, uma força-tarefa da Polícia Federal para nos ajudar. Ajudar nas investigações, nas informações, nas intimações, nos encaminhamentos, nas solicitações, na estrutura que a Polícia Federal tem — e boa. E nós temos uma relação, enquanto Deputado Federal, muito boa com a Polícia Federal. A Polícia Federal nos respeita muito, e nós respeitamos muito o trabalho da Polícia Federal. Historicamente, essa relação tem sido boa. A Polícia Federal sempre prestou um bom serviço ao Parlamento nacional, especialmente nesses últimos anos, no sentido de investigar o crime organizado. E nós estamos



enfrentando obviamente nessa CPI o crime organizado. Não é do narcotráfico, mas é da questão dos combustíveis, da máfia dos combustíveis. Se engane quem quiser, é tão perigoso aqui quanto lá. A gente sabe onde está se metendo. Então, é bom a gente ter a Polícia Federal do lado, quer dizer, acertar com a alta Direção da Polícia Federal. Aliás, o Superintendente, o Diretor-Superintendente da Polícia Federal de Brasília foi assessor da CPI do Narcotráfico, Dr. Paulo Lacerda. Então, ele, mais do que ninguém, haverá de compreender essa necessidade, vai nos disponibilizar meios, inclusive quando a CPI se desloca, do Narcotráfico — e essa aqui eu entendo que tem que ter o mesmo caminho —, para outros Estados para cumprir missões e tarefas. De quem nós vamos buscar o suporte, o apoio técnico, o apoio logístico, a proteção? Da Polícia Federal. Então, para que nós irmos lá buscar num evento, quando nós podemos tê-las permanentemente ao nosso lado e conosco, para que a gente possa apresentar um bom trabalho. Então, eram esses dois encaminhamentos, Sr. Presidente, que eu faço: um, com o Judiciário para nós acertarmos e afinarmos com relação ao mandado de segurança, *habeas corpus*, enfim, coisas desse gênero, e a outra com a Polícia Federal. É a minha sugestão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, me parece que, dado ao andar da carruagem, a CPI precisa sair daquela fase muito parecida com o Ministério das Relações Exteriores, que é a fase da diplomacia. Está precisando começar agir à luz das experiências já relatadas por outros Deputados — o Deputado Pompeo de Mattos nos lembrou muito bem o que foi a CPI do Narcotráfico. Hoje nós ouvimos o depoimento emocionado do Deputado Federal, Promotor Afonso Gil, que, no Estado do Piauí teve a coragem e a liderança, como Promotor Público, de ser uma das peças fundamentais na denúncia e no desmonte da quadrilha do Coronel Viriato Correia Lima, e que, prestes a chegar à fase final do seu julgamento e dos que o acompanhavam naquela quadrilha, são crescentes as ameaças à integridade do Parlamentar, Promotor Afonso Gil, e dos seus familiares. Deputado Moroni Torgan, na Comissão de Segurança junto com o Presidente que estava à frente na sessão, Deputado Inocêncio Oliveira, já partem, a partir de hoje, para que as providências sejam tomadas e até para que se desloque àquele Estado uma delegação da Casa da Comissão de Segurança junto à Polícia



Federal. Eu confesso que não me surpreendo com a decisão do Supremo Tribunal Federal em atender ao pedido do escritório de advocacia tributária de Bruno Monteiro e filhos, porque nós passamos por isso em outros momentos, como disse o Deputado Pompeo de Mattos. Eu começo a me preocupar é com a desarticulação dos órgãos do Governo Federal, que entendemos que deveriam estar muito mais empenhados em constituir com esta CPI e até usar no bom entendimento da expressão, usar a linha de frente provocada por esta CPI para que definitivamente pudéssemos conjugar os esforços. Quando nós propusemos e esta Comissão aprovou o deslocamento para os Estados, foi exatamente com essa expectativa, porque é consenso nesta CPI que em cada Estado há inúmeras investigações e processos desde fiscais até de natureza criminal envolvendo esse segmento, mas é cada um trabalhando no seu intervalo, no seu universo, no seu espaço de atuação. É a Secretaria da Fazenda atuando, a Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária investigando, em alguns casos a Promotoria pública levando a denúncia à Justiça, em outros casos o Judiciário não se posiciona. Mas é cada um do seu lado. Não há uma integração, não há uma sinergia de órgãos de Estado para que se possa promover um combate eficaz, e, aí, conseqüentemente, subsidiar a CPI com muito mais argumentos do que aqueles que já estão aqui lotando a sala da CPI, os arquivos que são já relatados aqui pelos Srs. Deputados. Então, a primeira questão que eu queria propor é que nós não esperássemos mais o Governo para apresentar a ação direta de constitucionalidade. Que esta CPI delibere e vá ao Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, conclamando o Presidente desta Casa, como representante do Poder Legislativo, a encaminhar ao Supremo Tribunal Federal a ação direta de constitucionalidade em relação à CIDE. Eu acho que não se explica, sob hipótese alguma, nós estarmos no mês de agosto, com tanto desgosto, porque esta CPI assiste à escalada da indústria de liminares pelo não-recolhimento da CIDE, são recursos importantes para a arrecadação pública, chegamos à quase 1 bilhão, próximos disso, de recursos evadidos por força da inexistência de uma declaração de constitucionalidade. Eu sou militante do Partido dos Trabalhadores, fundador do partido, mas acredito que nós vamos prestar um enorme serviço ao País e ao Governo, pela agilidade com que poderemos tratar dessa matéria. Em segundo lugar, concordo com o Deputado Pompeo de Mattos. Nós já havíamos proposto aqui — alguns Deputados — que fôssemos conversar com as autoridades



judiciais, não apenas como fizemos com o Dr. Paulo Sérgio, Presidente da Associação dos Juízes Federais, mas eu creio que é fundamental levarmos tudo o que a CPI tem ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. O eminente Presidente Maurício Corrêa talvez não esteja sabendo, embora tenha tido uma longa vida como Parlamentar, como homem público, não esteja sabendo da dimensão que é hoje a sonegação e o crime na área do setor combustíveis e das interfaces, da teia de interesses e de negócios, que existem, lamentavelmente, indícios da sustentação por setores da advocacia tributária. Então, me parece que seria legítimo esta CPI decidir, deliberar, ir ao Presidente da Casa propondo essa ação de inconstitucionalidade em relação à CIDE, não esperar a iniciativa do Ministério de Minas e Energia ou do Ministério da Fazenda ou de quem quer que seja. É prerrogativa da Câmara dos Deputados ir ao Supremo Tribunal Federal e, nas audiências nos Estados, acelerarmos já, como foi proposto, a partir da primeira semana do mês de setembro, para que esta fase seja a fase da sinergia, conseqüentemente, desde já pedindo o apoio da Polícia Federal e a segurança aos membros desta CPI. Estão tentando descaracterizá-la, debochar da CPI, desqualificar a CPI, na medida em que são convocados, não comparecem, se valem de medidas protelatórias judiciais, que tentam não resolver o problema, mas, sim, obstruir os trabalhos desta CPI e, conseqüentemente, produzir aquilo que nós todos queremos combater.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu queria dar uma informação aos nobres Deputados. Todo esse encaminhamento, Polícia Federal, Ministério da Justiça, AGU, nós já fomos em tudo, enquanto Comissão. Alguns Parlamentares participaram dessas reuniões. Se tiver que fazer novamente, nós vamos novamente. Então, tudo o que vocês propuseram nós já fizemos. Já fomos na Polícia Federal, já fomos na AGU, já fomos com o Ministro da Justiça, já estivemos na Casa Civil. Se tiver que ir, nós vamos novamente. Estivemos com João Paulo, já estivemos com o João Paulo. Vamos novamente, nós vamos novamente. Acho que há todo o empenho nosso — tenho muita esperança —, e nós vamos ter que fazer, toda a peregrinação que nós fizemos, vamos ter que fazer de novo. Então isso para nós é extremamente importante. Não sei se tem algum Deputado mais querendo...



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Só nessa linha que o nobre Deputado Paulo Rubem falou, nós estivemos com o Presidente João Paulo antes do início do recesso, que foi a Convocação Extraordinária, e ele havia se comprometido de que, no início de agosto, colocaria para votação aquela iniciativa minha de obrigar o depósito da tutela. Eu acho que nós devíamos forçar uma atitude. Eu não quero chegar à conclusão, que eu começo a querer chegar, de que o Executivo tem dúvidas da constitucionalidade da CIDE, porque, se nós chegarmos a essa conclusão, daqui a pouco, não terá sentido nada do que estamos fazendo aqui. Se o Executivo não entra sequer o texto dessa iniciativa, que eu entrei, que a Receita ficou de nos entregar a lei complementar para essa finalidade, nos foi entregue, o Governo acenou, na AGU, que iria entrar com a ação direta, com a ADIN, e não entrou com a declaratória de inconstitucionalidade... Então, eu não quero chegar à conclusão de que o Executivo tem dúvidas. Se o Executivo tiver dúvidas, então as liminares estão corretas, os empresários também estão corretos. Só temos que obrigá-los a depositar o dinheiro, para que possam, ao fim da discussão, ter uma garantia do Estado de receber. Eu quero não chegar a essa conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero informar aos nobres Deputado que amanhã, às 10 horas, nós teremos uma reunião só nossa, dos Deputados, para dar encaminhamento à discussão em relação a esses dois depoentes, qual o desdobramento que nós vamos dar. O que for de iniciativa da Presidência, a Secretaria já vai estar atuando.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sr. Presidente, e sobre a questão do advogado? Qual é a iniciativa que essa Presidência e a Assessoria Jurídica vão dar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - A nossa nobre Assessora vai fazer tudo aquilo que tem que ser feito pela Assessoria. Amanhã, na Comissão, ela já vem já com todas as iniciativas que o Departamento Jurídico vai dar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Outra coisa, Sr. Presidente: eu gostaria de pedir a V.Exa. que deliberasse junto com a Assessoria Jurídica que nos orientasse como fazer os requerimentos de uma maneira que a gente não venha a sofrer o constrangimento que a gente está sofrendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Relator.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Não, eu estava... eu estou sugerindo aqui — não precisava ser oficialmente, mas já que voltou — que a Secretaria ligue



hoje e amanhã a todos os Parlamentares da CPI pedindo que estivéssemos todos aqui amanhã às 10h. Eu não vou... Vou me abster de fazer comentários que eu tenho absoluta convergência com o Deputado Paulo Rubem, com o Deputado Eduardo, com o Deputado Rogério, todos que falaram aqui. Eu vou repetir uma coisa que falei aqui na instalação da CPI e que o Presidente sabe disso: eu relutei 60 dias para assumir a Relatoria, enquanto o Executivo não dava uma sinalização do que ele queria e esperava desta CPI, no sentido de nós... porque já sabíamos que o problema era fiscal e já sabíamos que dependia da... o ato da constitucionalidade da CIDE, da unificação monofásica do ICM, como os maiores problemas, e do problema combustíveis no Brasil. Eu também começo a ficar em dúvida se todos querem isso, se todos querem isso. E obviamente nós vamos... Eu vou, a partir dessa semana próxima e talvez a partir de amanhã, começar. Fizemos uma estrutura do modelo de relatório, que eu quero submeter a vocês, a estrutura do modelo de relatório que eu quero submeter a cada um dos Parlamentares, para a gente começar a fazer o esqueleto dessa proposta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Está encerrada a nobre reunião.